



O poder da imprensa brasileira e sua atuação em movimentos sociais em fins do século XIX e início do XX: os casos da Guerra de Canudos e da Revolta da Vacina¹

Ester Sanches RIBEIRO²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Este trabalho intenciona apresentar a sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX, com vistas a observar as profundas transformações que ocorreram nos campos social, urbano, político e cultural e, também, apresentar a participação da imprensa nesse contexto histórico, enfatizando o seu poder sobre a opinião pública, assim como enfatizamos a formação da esfera pública brasileira e sua participação nesse contexto. Buscamos, também, compreender como as classes populares entenderam e como reagiram frente a essas mudanças, abordando a Guerra de Canudos e a Revolta da Vacina, porque há a participação da imprensa e a sua influência na sociedade ao relatar opiniões e informações no sentido de legitimar a ação do governo nessas duas repressões violentas.

Palavras-chave

História da imprensa no Brasil; Esfera pública; Movimentos Sociais; Guerra de Canudos; Revolta da Vacina.

Introdução

O século XIX foi um período de grandes mudanças no Brasil e no mundo. O capitalismo se impôs como um sistema que modificou intensamente as sociedades em sua cultura, sua política, sua economia, em sua organização de modo geral.

Nesse contexto, a imprensa no Brasil cresceu intensamente, passando de um modo de produção artesanal a um modo de produção industrial, adquirindo características de empresa. Juntamente a essa imprensa, foi crescendo o poder da elite industrial que passou a ditar as regras da sociedade moderna e a impor um novo modo

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

² Mestranda do Programa de Estudos Culturais da EACH-USP, email: esterletras@yahoo.com.br.



de vida aos brasileiros, entre eles os ex-escravos, os trabalhadores rurais, os sertanejos, entre outros.

Confundidos e avessos a essas novas regras de exploração e dominação, surgiram muitos movimentos e revoltas populares. Nesse trabalho, há um enfoque à Guerra de Canudos e à Revolta da Vacina. Aquele ocorreu no sertão baiano, em fins do século XIX, e culminou com o massacre dos canudenses que lutaram até a morte pelo direito de ter um lar, uma religião e uma cultura que colocava em xeque o sistema dominante no sertão nordestino e, assim, foram considerados perigosos pelo poder político local e nacional. Já a Revolta da Vacina ocorreu no Rio de Janeiro, no início do século XX, quando um levante de pessoas, que viviam nos cortiços da região central do Rio, sentiu-se pressionado a ser vacinado e se revoltou contra os vacinadores e as forças policiais que os acompanhavam; houve forte repressão policial e um significativo número de mortos.

Enfocamos, no contexto desses dois episódios, a atuação da imprensa com a intenção de observar o poder que ela exercia sobre a opinião pública e que posições foram tomadas por ela quanto às ações repressivas do governo nesses dois eventos. Vale informar que estamos tratando, nesses dois casos, da imprensa oficial.

Apresentamos, assim, a necessidade de um discurso diferente desses discursos hegemônicos quanto a esses adventos citados acima, em que a imprensa oficial, de certo modo, apoiou ações violentas operadas pelo exército e/ou a polícia e influenciou a população a, também, apoiá-las.

Imprensa e esfera pública no Brasil

Consideramos importante o estudo da imprensa e da esfera pública, pois são esferas de poder que atuam nos espaços públicos de uma dada sociedade e contribuem, assim, para a construção da sua história: “o discurso jornalístico integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade” (MARIANI, 2003, p. 33).

Objetivamos entender como o discurso da imprensa e os conhecimentos e saberes circularam pelo Brasil ao longo de sua história, com ênfase no século XIX e no início do século XX, e, assim, compreender como se formou a esfera pública do país e como ideologias que circularam pela imprensa ganharam destaque na sociedade, influenciando a opinião pública.



Com a chegada de D. João XVI a imprensa surgiu no Brasil por iniciativa oficial da Corte; instalada no Rio de Janeiro, no dia 31 de maio de 1808, ela ficou conhecida como a “Impressão Régia”, responsável por imprimir todas as legislações, papéis diplomáticos e o que a Corte autorizasse. Competia aos responsáveis pelas impressões “examinar e fiscalizar tudo o que seria impresso e não permitir que nada fosse contra a religião, o governo e os bons costumes” (SODRÉ, 1999, p. 19). Isso significa que os impressos que circulassem pelo Brasil na época precisavam passar pela avaliação de uma censura prévia.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico impresso no Brasil, publicava o que ocorria na Europa, sobre a saúde da realeza, dias natalícios, documentos de ofício e publicações relativas à Corte. Jamais publicava notícias de sedições e revoltas ou que remetessem à “democracia” e crises ou reclamações sobre o governo. Desse modo, percebe-se que esse tipo de imprensa não favorecia o nascimento e crescimento de uma opinião pública relativamente independente, e tampouco de uma esfera pública no país, já que essa gazeta não favorecia a discussão de ideias, o debate de opiniões e o questionamento do fazer político e social do país.

A partir de 1811, surgiram outros jornais no Brasil; alguns de apenas alguns meses, já outros com mais de 10 anos de duração. Esses periódicos tratavam sobre temas da cultura ou da literatura e publicavam as notícias oficiais, “louvando” o país; eram dirigidos, em geral, por representantes da Monarquia. Chamou-se “Imprensa Áulica” e, como dito, o governo vigente controlava e, até mesmo, financiava esse tipo de publicação, tanto no Brasil como no exterior, de modo que os jornais que apresentassem críticas ao governo ou publicassem qualquer opinião e informação que soassem como desobedientes às condições de publicação, as autoridades oficiais impediam a sua circulação e perseguiram seus autores, assim como perseguiram as pessoas que os vendessem ou os mantivessem em seu poder, ou seja, tratava-se de uma imprensa censurada e controlada pelo poder oficial, incapaz, assim, de interferir nos espaços públicos para promover o debate político e social. Dessa maneira, ainda não tínhamos uma esfera pública do Brasil, tampouco tínhamos vozes expressivas exercendo e influenciando a opinião pública.

Com o advento da Independência do Brasil o número de oficinas de impressão e de livrarias cresceu e estas passaram a vender muitas obras de autores iluministas e sobre economia e política, pois a camada culta estava ansiosa por informar-se e o livro passou a ser visto como um produto necessário e de prestígio. A própria leitura e o ato



de saber e aprender foram entendidos como legitimadores da Independência do país. Em 1826, com a instalação da Assembleia Geral, Senado e Câmara, foram criadas as condições para a imprensa opinar e discutir acerca de questões políticas sem ser censurada previamente.

Com isso, o monarca fez circular, como nas fases anteriores, “jornais do governo” para, também, influenciar a opinião pública, que já estava aparecendo no país, assentada em uma esfera pública que agia nos espaços públicos. Assim, o governo tratou, também, de influenciar a opinião da sociedade reforçando a imprensa “oficiosa”, colocando ao alcance do público um número de jornais conservadores que noticiavam e opinavam sempre no sentido de preservar e apoiar os interesses e a imagem do poder real.

Essa imprensa representou os interesses políticos e foi utilizada para a manutenção do poder e da legitimidade desses interesses. Acompanhando o pensamento do sociólogo alemão, Niklas Luhmann, percebemos que não necessariamente os meios de comunicação apresentam uma exigência de construção da realidade e, quanto a isso, é preciso entender que “cada comunicação contribui basicamente para a construção da realidade naquilo que ela pode aproveitar e naquilo que ela deixa ao esquecimento”. (LUHMANN, 2005, p. 167). Essa imprensa, como já observado, ligada ao poder político, não cria condições para a implantação de uma verdadeira esfera pública, colocando em pauta as questões de discussão, ela publica o que lhe interessa e “esquece” aquilo que pode ferir a quem ela representa, o regime imperial.

Em onze de agosto de 1827, são criados os cursos jurídicos no Brasil, transformando a pacata São Paulo em uma cidade agitada e influente por causa da formação de uma esfera pública, a partir da participação dos estudantes do curso de Direito nos debates sobre as principais questões do país que circularam na imprensa brasileira desse período. Assim, a partir da década de trinta, do século XIX, a cultura, a participação política e a imprensa se desenvolveram, na cidade de São Paulo, cada vez mais, sendo que é nesse período que notamos a formação de uma esfera pública atuante, tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro também. Nesta cidade, criou-se um verdadeiro polo de cultura e de “discussão” nos cafés, nos bailes, nos salões, enfim, na vida pública.

É notável nesse período a união entre imprensa e literatura, que se firma no século XIX e segue até o próximo. Antes, o espaço para a literatura era apenas em



revistas especializadas e de vida curta, não havendo essa consolidação. Nessa nova fase da imprensa os homens das letras faziam os jornais e, também, o teatro.

Nesse mesmo período, como acima colocado, percebemos que uma esfera pública política, social e literária já se formara e estava estruturando-se à medida que o século avançava. Essa esfera pública composta por estudantes de Direito, no caso de São Paulo, de literatos e jornalistas se reunia nos cafés e confeitarias para discutir seus assuntos prediletos: literatura, política, as reformas, entre outros. E esses homens estão envolvidos com a imprensa, isto é, eles faziam a imprensa.

Sobre a participação dessa esfera pública, representada pela imprensa, em relação às inquietações e reivindicações populares, Machado de Assis publica no *Espelho*, em outubro de 1859, artigo que mereceu o seguinte comentário de Werneck Sodré: “Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias, mais do que os movimentos populares; foi o jornal. (...) E o que é a discussão? A sentença de morte de todo o *status quo* de todos os falsos princípios dominantes”. (SODRÉ, 1999, p. 233)

Nota-se que o papel que a imprensa ocupou na sociedade é de destaque, pois a influencia diretamente, e essa influência cresce cada vez mais. Esse papel de poder, desempenhado pelo jornal, se esclarece em algumas ideias de Michel Foucault para o estudo da linguagem. Comentando as ideias desse autor, Helena N. Brandão afirma:

[...] o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois um sujeito fala a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber, é gerado de poder. Sendo que a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder (BRANDÃO, 1995, p. 31).

Compreendemos, a partir dessas ideias de Foucault, como a imprensa ocupava, e até hoje ocupa, um lugar de autoridade³, figurando como detentora de saberes, de verdades, de informações que a sociedade acredita, ou foi induzida a acreditar ao longo da história, que precisa saber. E esse discurso que é dotado de poder, não por ser necessariamente verdadeiro, mas por ser legitimado pela instituição que o distribui, depois de filtrá-lo e moldá-lo segundo os seus interesses, termina por legitimá-la e

³ Não somente a imprensa ocupava um lugar de autoridade e de controle; também se revestiam desse poder o exército, o governo, a Igreja, a ciência.



autorizá-la (essa instituição), num “jogo” dialético e infinito, a permanecer ocupando esse lugar de poder.

Esses discursos circulam na esfera pública, representando-a e influenciando-a; assim esse conceito, desenvolvido pelo sociólogo e filósofo Jürgen Habermas (2003), ocorre como esclarecedor de algumas questões acerca da sociedade e de como ela se posiciona frente aos conhecimentos e saberes veiculados em seu seio. Assim, refletir sobre a esfera pública é essencial quando estamos levando em conta que nos espaços públicos da sociedade há debates e posicionamentos políticos e sociais, em que os cidadãos exercem uma opinião pública acerca do que ocorre à sua volta.

Quanto ao conceito de esfera pública entendemos que a noção de esfera pública, desenvolvida por Habermas, contribui a esse estudo, uma vez que as personagens envolvidas nessa esfera pública, os próprios cidadãos, podem exercer uma opinião pública, se posicionarem diante desses “discursos circulantes” na sociedade. É essa ação de os cidadãos, atores privados, participarem de assuntos públicos a serem discutidos e pensados pela esfera de poder político, os atores públicos, que podemos entender como a esfera pública de uma sociedade. Também, como constituintes dessa mesma esfera pública, estão os que veiculam os discursos nos meios de comunicação, isto é, os jornalistas. Eles falam de uma esfera pública para ela mesma, dada a posição de autoridade que ocupam por representarem um meio de poder (a imprensa) que tem seus discursos legitimados e aceitos, dentro dessa esfera pública, como verdadeiros.

No caso da sociedade brasileira do século XIX, ocorre a formação de uma esfera pública quando é possível que os cidadãos atuem nos espaços públicos, posicionando-se frente às ideologias e debates acerca de quaisquer questões que afetem suas vidas. Evidentemente, isso ocorre no Brasil oitocentista de maneira muito parcial, por meio da imprensa que publica notícias, ideias e críticas acerca do poder vigente, no sentido de questionar e exercer uma opinião frente a um público que está muito distante de representar a totalidade dos atores sociais. Essa imprensa possui grande influência, e uma opinião pública (ainda muito restrita a certos grupos, vale insistir) passa a existir e a ser exercida no país: “é na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada *opinião pública*” (MOREL; BARROS, 2003, p. 17).

Desse modo, as noções de esfera pública e opinião pública são conceitos teóricos importantes para pensarmos a atuação dos meios de comunicação ao longo do século



XIX no seio da sociedade brasileira e para pensarmos a atuação da imprensa oficial no caso dos episódios da Guerra de Canudos e da Revolta da Vacina.

A Guerra de Canudos

Para o desenvolvimento dessa parte do trabalho utilizo como apoio a leitura crítica de Rui Facó (1980) e Walnice N. Galvão (2001).

O advento da guerra contra os canudenses ocorreu em um período de relativa crise política, econômica e social no Brasil. Quanto ao regime político vigente nessa época, sabe-se que a República, recém-proclamada, custava para estabilizar-se enquanto sistema político vigente do país, pois ainda tinha sérios inimigos monarquistas que lutavam para derrubá-la; os chefes políticos dos estados brasileiros, em sua grande parte, ligados aos militares, lutavam para silenciar guerrilhas e revoltas do povo que ocorriam no país.

Economicamente, o país, também, não estava bem. No ano de 1896 a economia cafeeira teve sua primeira crise, um problema de superprodução que terminou por afetar o sistema econômico de todo o país, já que seu alicerce se baseava na produção e exportação do café. No que concerne ao Nordeste e, principalmente, às regiões interioranas deste, que é o caso da região de Canudos e dos seus arredores, a crise econômica era ainda maior, já que as assolavam secas cíclicas, capazes de causar fome, miséria, o êxodo da população rural para os estados vizinhos, além de revoltas e atos de rebeldia contra a ordem estabelecida.

E quanto à situação social, consta mencionar, como já dito acima, que a crise política e econômica que o Brasil se encontrava nesse último quartel do século XIX terminou por desestabilizá-lo no campo social. Focos de revolta, de banditismo, de “fanatismo” agitavam diversas cidades do Nordeste brasileiro, colocando temor nos latifundiários e até mesmo na Igreja Católica que vinha perdendo poder sobre muitos dos seus fiéis sertanejos.

Especificamente a região nordestina como um todo, exceto a capital baiana, Salvador, se afastava da nova configuração que o Brasil estava ganhando: sistema capitalista com mão de obra branca, importada da Europa; sistema de transporte ferroviário, o surgimento do telégrafo que facilitava a comunicação nos diferentes pontos desse país continental e o crescimento vertiginoso da imprensa.



Afastados e isolados desses acontecimentos da vida moderna, os sertanejos do interior da Bahia viviam fugindo de secas que os castigavam e lutavam para serem aceitos nas fazendas dos grandes latifundiários da região que lhes ofereciam um sistema de trabalho semifeudal e semi-escravista.

Assim, além o êxodo das populações sertanejas em busca de trabalho para outros estados como o Ceará e o Amazonas, houve formas de protestos na forma de rebeldias à ordem e à moral estabelecidas. Muitos desses povos oprimidos começaram a criar seus próprios modos de vida e de enxergar a religião, por exemplo, configurando uma nova crença que se opunha às crenças das classes dominantes. Não negavam a religião cristã, mas se afastavam da Igreja Católica, concebendo, então, figuras místicas que se afastavam do poderio desta, como é o caso da figura do beato Antônio Conselheiro.

As classes dominantes não podiam aceitar isso, ou seja, não podiam admitir que se quebrasse o monopólio da terra e que se levantasse uma revolta armada no campo. O que pudessem fazer para desestabilizar, desvirtuar e, até mesmo, esmagar os que se insurgissem contra a ordem semifeudal, estabelecida nos confins dos sertões, assim o faria.

Além de medidas físicas contra os que se rebelassem havia, também, as medidas discursivas que serviam para depreciá-los e caluniá-los, com a intenção de desestabilizar a revolta e de justificar o esmagamento dela. Entre esses discursos estão principalmente os que tratam os sertanejos como místicos fanáticos, como atrasados, bandidos e inimigos da nação e do seu progresso. Sobre isso Rui Facó opina energicamente, colocando-se contra esse tipo de pensamento da época:

[...] Eram muito mais frutos do nosso atraso econômico do que eles próprios retardatários. Hoje, compreendemos e sentimos que eles eram uma componente natural do nosso processo evolutivo, a denúncia do nosso retardamento nacional, o processo contra uma ordem de coisas ultrapassadas e que deveria desaparecer (FACÓ, 1980, p.8).

Quanto a esses discursos colocamos a imprensa da época como o principal meio para se propagar ideologias. Relativo ao contexto da Guerra de Canudos, a pesquisadora Walnice N. Galvão problematiza o súbito interesse da imprensa nacional⁴ por uma guerra nos confins do sertão baiano, pontuando que poucos assuntos já obtiveram da

⁴ Os principais jornais da época enviaram correspondentes de guerra ao local da batalha para manter a população informada acerca do desenrolar da campanha. Representando *O Estado de S. Paulo*, Euclides da Cunha, junto com outros jornalistas enviavam cartas, quase que diariamente, para as redações dos jornais que representavam. Assim, todos os dias havia notícias, ou algum comentário sobre o conflito em Canudos.



imprensa brasileira tal unanimidade de opinião e exploração. A autora propõe uma íntima ligação da imprensa com correntes políticas “a quem interessava criar o pânico e concentrar as opiniões em torno de um só inimigo” (GALVÃO, 1981, p. 71 e 72), fazendo circular discursos em que os sertanejos de Canudos figuram como inimigos da República, como inferiores e incivilizados, entre outros discursos que faziam parte de um discurso maior: o discurso de desqualificar e exterminar os canudenses, ou seja, os moradores de Canudos, pois o modo de vida deles, de certo modo, estava colocando em xeque o governo da Bahia; isso ocorria, porque o arraial de Canudos estava crescendo e recebendo cada vez mais apoio com a adesão de sertanejos vindos de diversas cidades da Bahia e de outros estados vizinhos. Esse movimento soava, assim, como um mau exemplo; soava como um exemplo de desordem pública.

Nessa mesma linha, de Galvão, o pesquisador Bartelt propõe a guerra e as notícias sobre ela como um “evento discursivo” que leva em consideração os interesses do poder político local e, também, nacional. Aproveitando-se da fragilidade do regime republicano recém-instaurado, cria-se um “mito” em torno do arraial e publica-se nos principais jornais do país. Assim como Galvão, que vê nisso uma forma de espalhar-se o pânico para manipular a opinião pública, Bartelt entende essas notícias como uma forma de manipulação e controle da sociedade por meio de uma campanha publicística de “construção do medo”.

Os “poderosos” que engendraram tal campanha ideológica tinham o interesse em legitimar o extermínio do arraial de Canudos; e tal ação por sua vez representaria a força do poder local e nacional que defende os ideais republicanos e a ordem da nação.

Esse extermínio de Canudos, como está escrito na história do Brasil, ocorreu como desejado pelos poderosos engendrados da guerra. A vitória tardou quatro campanhas para coroar os soldados como heróis e para isso muitas vidas foram ceifadas tanto do lado dos sertanejos como do lado do Exército. As ações truculentas e criminosas dos soldados abalaram a opinião pública que terminou por se contrapor ao ocorrido: crianças, idosos e velhos torturados e degolados são apenas de um dos muitos exemplos disso.

A Revolta da Vacina

Nesse contexto da Revolta da Vacina que data de 1904 urgia ao país universalizar-se aos moldes dos países europeus: construir uma identidade nacional



branca, civilizada, moderna e capitalista. Essa identidade buscada diz respeito à integração do Brasil com os “países centrais”, a dita “ocidentalização”. Isso faz o país identificar-se com as teorias e os modos de pensar europeus: “A questão crucial passava a ser, então, colocar o país ao ‘nível do século’” (DANTES, 1993, p. 379).

Sabemos que os estudos científicos e o lugar que a ciência ocupou na sociedade brasileira, nesse contexto, possuíram uma importância e uma relevância bastante destacadas, em que a ciência figurou como a chave para a resolução dessa “questão nacional” posta acima e de outros problemas.

No campo dos problemas sociais, culturais e políticos temos, destacadamente, as questões da definição da identidade/nacionalidade do povo, ou seja, a resposta para o questionamento do que era ser um brasileiro, e do lugar que o país ocupava no mundo que a essa altura já estava na era da globalização, do capitalismo e do progresso. Já, no campo dos problemas econômicos e políticos, a tecnologia, como sinônimo de ciência, surge como o meio que iria levar o Brasil a uma sociedade capitalista, evoluída e moderna, ou seja, que se utiliza da tecnologia para melhorar a produção de alimentos e para a sua transportação, por exemplo. Também para a produção de produtos para o consumo dos brasileiros, o que poderia gerar muitos lucros. Enfim, para a “universalização” do país aos moldes europeus a ciência teria um importantíssimo papel.

Assim, a “universalização” do país viria para modernizá-lo e alçá-lo no contexto internacional como um país reconhecidamente civilizado, moderno e desenvolvido. Essa iniciativa é resultante da identificação, por parte da elite, do Brasil com a Europa e sua cultura; assim a identidade do brasileiro deveria ser a europeia, pretensão bastante difícil para o período já que o país era composto em sua maioria por populações negras e mestiças.

Assim a ciência foi utilizada como a chave para resolução desta “questão nacional”: tornar o Brasil reconhecidamente civilizado, moderno e desenvolvido; também foi utilizada para o fortalecimento do “Estado Nacional” enquanto “um Estado iluminado, esclarecido e civilizador” (GUIMARÃES, 1988, p. 10).

No Brasil do período republicano (República Velha) a ciência atuará no sentido de fortalecer esse regime político, pois para a resolução dessa “questão nacional”, em voga, as práticas científicas e as teorias científicas possuem um papel explicador, norteador da sociedade (elites) quanto à sua identidade nacional e o seu desejo de



identificação do país com os países europeus tanto nos âmbitos cultural e social, como nos âmbitos político e econômico.

Nesse contexto, a urgência com a civilização e modernização do Brasil foi maior, já que o país foi considerado atrasado em todos os âmbitos citados acima. Isso se deu por conta do fato de ainda se desconhecer o país e o seu povo, geográfica, social e culturalmente falando. Também pelo fato de o país não estar urbanizado, não ter seu sistema de transporte modernizado.

Outro problema dizia respeito ao estado de saúde da população que tinha altos índices de epidemias mortais, entre elas podemos citar a febre amarela e a varíola.

A Revolta da Vacina está ligada à campanha de vacinação compulsória da população do Rio de Janeiro contra a varíola. Ocorre que a população já tinha passado pela campanha de vacinação contra a febre amarela e os métodos de aplicação e as forças policiais que acompanhavam os vacinadores assustaram muito a população.

Podemos somar a isso o desconhecimento dos efeitos da vacina e dos métodos que seriam utilizados para essa nova campanha; assim, tanto as classes populares como parte da imprensa e de políticos se opuseram à obrigatoriedade da “humana lei”⁵:

[...] mesmo um elemento conservador, culto e bem informado como Rui Barbosa, político de grande envergadura, respeitado pelo público e por seus pares, denotava enorme insegurança quanto às peculiaridades, à qualidade e aos métodos de aplicação da vacina antivariólica prevista pela lei: “Não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a temeridade, a violência, a tirania a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução no meu sangue, de um vírus sobre cuja influência existem os mais bem fundados receios de que seja condutor da moléstia ou da morte” (SEVCENKO, 2010)

Como dito, uma parcela da imprensa, a não governista, se opôs a isso assim como a população e muitos políticos, principalmente os que se opunham ao governo vigente do presidente Rodrigues Alves. Incendiados pelos discursos da imprensa e dos opositores do governo e também pelo próprio medo e ignorância que se encontravam, as classes populares passaram a combater e a se opor cada vez mais à “humana lei”.

Para agregar a essa situação mais caos, o governo lançou um plano de três dimensões que visavam sanear e modernizar o Rio de Janeiro, nesse plano incluía a modernização do porto, o saneamento da cidade e a reforma urbana. Então, além das

⁵ Esse foi o nome dado à lei da vacinação compulsória contra a varíola.



classes populares enfrentarem o medo e a repulsa da vacina, teriam que enfrentar a demolição de suas casas para a revitalização da cidade.

Em relação a esse processo de urbanização e saneamento da cidade do Rio, o governo autorizou “batalhões de visitantes” que junto com policiais invadiam as casas para vacinar e vistoriar as residências. Caso houvesse focos de doenças, falta de saneamento, ou seja, condições inumanas de moradia, as casas seriam demolidas e seus moradores teriam que procurar outro lugar para morar, sem quaisquer indenizações ou apoio por parte do governo.

A grande imprensa, ligada ao poder vigente, saudou com simpatia esse movimento, denominando-o a “Regeneração”, como opina Sevcenko (1998). Assim, num surto, a grande massa se revoltou contra os batalhões e os policiais, dirigiram-se ao centro e entrincheiraram-se nas obras de renovação da cidade. Para combater essa revolta os policiais tiveram dificuldades, mas ao final combateram mais essa manifestação popular truculentamente deixando incontáveis mortos.

Como comentamos, acima, a imprensa oficial de, certo modo, apoiou essa ação violenta do Estado de lançar uma lei de vacinação compulsória e de demolição das casas populares de trabalhadores pobres. Mas, também, houve a participação de uma imprensa que podemos denominar de alternativa que se opôs a esse programa do governo e, como pôde, combateu e criticou suas intenções, influenciando a opinião pública quanto ao perigo e abuso que a sociedade estava sofrendo.

Considerações finais

Finalizamos este trabalho frisando a importância de se estudar o século XIX e o início do século XX, para se entender melhor a história do Brasil atual quanto à sua cultura, a sua imprensa e seus movimentos sociais. Podemos considerar esses períodos históricos como pertencentes de um passado recente da nossa história porque encontramos neles elementos que nos fazem entender melhor a sociedade atual e a enxergar resquícios desse passado na cultura e nas ações atuais. Como exemplo disso cito o Movimento dos Trabalhadores sem Terra que até hoje luta contra grandes latifúndios e também cito as manifestações populares, principalmente das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, reprimidas com violência e muitas vezes difamadas pela grande mídia. Assim, coloco a necessidade de discursos diferentes que não criminalizem movimentos que apenas lutam por direitos legítimos: liberdade, educação, melhores condições de vida e de trabalho.



Referências

BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. “Universalismo e ciência no Brasil no final do século XIX” IN: LAFUENTE, A.Et. Alli (ed.), *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calle, 1993, p. 377-389.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos. Gêneses e lutas*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980.

GALVÃO, Walnice N. “Os sertões” para estrangeiros. In:___ *Gatos de outro saco: ensaios críticos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *O império do Belo Monte. Vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo, Paulus, 2005.

MARIANI, Bethania S C. “Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constroi memória” In: Orlandi, Eni P. (org) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2003.



MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

_____. *A Revolta da vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SODRÉ, Werneck Nelson. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.